



Semana pela Democratização da Comunicação: espaço pedagógico de vivências, experiências e lutas¹

Alexandre Santos Arantes de Souza²
Universidade Federal da Paraíba

Resumo

Será abordada a construção da Semana pela Democratização da Comunicação na Paraíba e o papel que o evento vem tomando enquanto espaço de reflexão e atuação, fórum de debates e socialização das questões que envolvem o campo da comunicação. Se debaterá uma perspectiva de educação não-formal, complementar aos conhecimentos difundidos e gerados nas salas de aula. Também se abordará um olhar sobre a necessidade de organização dos estudantes, para a contribuição propositiva para o campo da comunicação, refletindo os acontecimentos que se dão, inclusive, além das salas de aula.

Palavras-chave

Democratização da comunicação; Movimento Estudantil; Educação não-formal;

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Comunicação Social, com habilitação em Rádio e TV.



Introdução

A luta pela democratização das comunicações é uma construção histórica dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada no país. No Brasil, cujo campo da comunicação apresenta uma alta concentração de poder nas mãos de poucos grupos e famílias, caracterizando um verdadeiro oligopólio midiático, a luta por avanços democráticos vem se ampliando para além das organizações próprias da área, e passa a ser reconhecida como uma bandeira estratégica por diversos outros movimentos. Institucionalmente, a luta pela democratização da comunicação vem sendo debatida e organizada desde o processo de redemocratização do país, entre 1983 e 1984, quando o momento político estimulou que “um grupo de jornalistas, professores e estudantes de comunicação, apoiados por várias entidades da sociedade civil, organizassem a Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação (FNPDC)”. (SOUZA) Da criação desta Frente até os dias atuais, muitos acontecimentos desenharam e redesenharam a conjuntura política dos movimentos organizados na área da comunicação, escrevendo, assim, uma longa história de luta.

Ao longo deste complexo caminho, os estudantes sempre estiveram presentes nos espaços de articulação e decisão dos movimentos organizados, bem como numa participação protagonista nos espaços de formulação, dando contribuições importantes para a reflexão sobre o campo, seja na atuação do trabalhador e do militante, seja em torno da formação acadêmica e do pensamento teórico. Em consequência de um histórico de, pelo menos, 14 anos de organização³, em Julho de 1991, em Curitiba/PR, durante o 15º Encontro Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (Enecom), os estudantes do curso criam sua entidade organizativa e representativa: a Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (Enecos). Desde então, a Enecos vem atuando ao lado dos estudantes numa perspectiva de trazer um caráter crítico e politizado para as reflexões do campo da Comunicação Social. Hoje, a Executiva se apóia em bandeiras centrais: o combate às opressões sociais (étnicas, de gênero, regionais); a qualidade de formação do comunicador; e a democratização das comunicações.

Como forma de agitar e divulgar esta última bandeira de luta, a ENECOS passou a ser ainda mais protagonista quando criou, em 2003, a Semana pela Democratização da Comunicação (Semana Democom). Esta atividade é construída nacionalmente, em diversas cidades, impulsionada pela Executiva como uma forma de agregar os estudantes e a sociedade civil como um todo às reflexões e problematizações em torno do campo da comunicação. Em cada cidade, o evento toma diferentes formas, metodologias, programações, e sua construção se dá a partir das realidades locais e regionais. Geralmente, sua organização é de responsabilidade dos Coletivos Estaduais da Enecos, articulados com outras organizações dispostas a encampar a luta pela democratização da comunicação.

A Semana Democom é inspirada numa ação popular norte-americana, que instituiu o 18 de outubro como o Dia Mundial pela Democratização da Comunicação (Media

³ A realização do primeiro Encontro Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (Enecom) se deu no ano de 1977, em Curitiba/PR.



Democracy Day). Nos EUA, a data simbólica é apoiada na filosofia do “faça você mesmo” (do it yourself)⁴, como um chamado público para a construção de uma comunicação popular criada e pensada pela própria sociedade, consequência radical da conquista de uma autonomia transformadora. Parte-se aqui do pressuposto de que todos somos mídia. No Brasil, mais por desatenção do que por uma questão histórica em si, 17 de outubro foi reconhecido, simbolicamente, como o Dia Nacional de Luta pela Democratização da Comunicação. No mês de outubro, portanto, os movimentos de comunicação se organizam para dar visibilidade ao tema, aproveitando o momento político para empreender uma articulação de maior efetividade e alcance.

Na Paraíba, a realização da Semana Democom vem ganhando força e maturidade a cada ano, quando se amplia a articulação e organização de atores envolvidos em seu processo de construção. Movimentos Sociais, organizações não-governamentais, Poder Público, coletivos, grupos populares, ativistas da comunicação e da cultura, enfim, uma gama de agentes que se articulam para empreender um processo colaborativo de organização em rede. Em cada edição, aborda-se questões fundamentais para uma reflexão da comunicação enquanto campo político. Veremos, portanto, como esta é uma realização que se apóia numa perspectiva educativa e reflexiva, cultural e política, acadêmica e popular, e como sua construção tem contribuído para o pensamento crítico do campo, bem como seus desdobramentos.

Colaboração e coletividade na organização estudantil

Em 2008 foi formado o COMJunto – Coletivo de Estudantes de Comunicação Social, uma organização política independente, cuja atuação tem se dado em diversos âmbitos. Pluralista, o COMJunto tem ocupado espaços políticos e acadêmicos, seja na educação, pesquisa e extensão universitárias, seja nos fóruns políticos do Movimento pela Democratização da Comunicação (MDC)⁵ na Paraíba e no Brasil. O Coletivo COMJunto pauta sua atuação política apoiado em alguns princípios norteadores para a organização: construção coletiva, comunicação enquanto direito humano, defesa da educação pública, decisão e participação democrática e horizontal.

A disputa eleitoral em torno do Centro Acadêmico Vladimir Herzog, em 2008, representou um momento histórico para o grupo, que perdeu as eleições por 69 votos de diferença. Naquele momento, a unidade política levava a um processo ainda mais complexo e diferenciado: se organizar independente de instituições e entidades, coletivamente. O estado de defasagem do curso de Comunicação Social na UFPB foi catalisador de uma

⁴ O “do it yourself” surge nos anos de 1970, com o movimento anarco-punk e outros movimentos anticonsumistas e anticapitalistas, e parte da negação do monopólio das técnicas por especialistas, partindo do pressuposto de que todos são capazes de materializar suas próprias idéias. Neste caso em específico, falamos da capacidade de todos em construir sua própria comunicação.

⁵ Apoiado em SOUZA, utilizaremos o termo Movimento pela Democratização da Comunicação (MDC) para nos referir aos “inúmeros movimentos, grupos, experiências sociais e culturais que se desenvolvem na sociedade brasileira com o intuito de expressar diversas vozes, cultura e ideologias que não têm chance de manifestar-se livremente ou são ignoradas pela mídia brasileira”. Ou seja, o conjunto de atores que constroem o campo político da comunicação.



profunda inquietação, motivadora de muitas ações futuras. A leitura de que a sala de aula não supria as necessidades de conhecimento amplo do campo era um consenso. Até aquele ano, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) do curso não havia passado por nenhuma reformulação ou atualização, estando vigente desde sua criação, em 1986. Questões estruturais, como a falta de laboratório ou o sucateamento da pouca estrutura existente, também motivaram a associação coletiva daqueles estudantes que, naquele instante, optaram por uma atuação protagonista dentro do Departamento de Comunicação Social e Turismo (Decomtur) da UFPB.

Desde então, a preocupação com a qualidade de formação sempre se mostrou uma questão latente, pulsante, tanto pelas deficiências da educação formal, quanto pela necessidade de embasar teoricamente os debates que o grupo se propunha a levantar. Nesse sentido, o Coletivo elencou projetos prioritários, voltados para a análise crítica da mídia, formação cultural, bem como a produção de mídia a partir de atividades de criação e elaboração de conteúdos contra-hegemônicos. Foram alguns desses projetos o *Cineclube Jomard Muniz de Brito*, voltado para a análise fílmica e formação de público; *A oficina do mês é...*, projeto mensal de formação através de oficinas e mini-cursos; e a *Semana pela Democratização da Comunicação*, atividade que, com o tempo, foi se tornando central para uma ampla difusão das idéias que vinham sendo maturadas internamente.

Perpassava-se, portanto, um sentido pedagógico-educativo, que trazia a reflexão crítica como ponto de partida para o desenvolvimento de cada ação. Sabia-se, porém, que ali estava uma proposta educativa que nem sempre estaria em consonância com os conhecimentos trabalhados em sala de aula, ora por uma clara oposição teórica, ora por abarcar debates que não estão presentes no cotidiano da educação formal.

Refletindo a construção

À frente da Semana Democom desde 2008, quando da realização de sua terceira edição (mas organizada pela primeira vez pelo Coletivo), o COMJunto tem na reflexão e formulação teórica o ponto de partida de seus trabalhos para a organização da atividade. Neste primeiro ano, o tema proposto foi “Democratizando a comunicação. Fortalecendo a cidadania.”, tendo a comunicação comunitária como foco do debate, permitindo aprofundar-se em questões muito além da técnica enquanto parâmetro, mas pensando de maneira interdisciplinar todos os processos, elementos e sentidos que atravessam a construção dessa prática. Foi elaborado um Projeto Político⁶ contendo orientações metodológicas e conceituais sobre o tema abordado, bem como os objetivos e intencionalidades de cada espaço, o que se mostrou verdadeiramente norteador. Mas, somente em construções futuras, os Projetos Políticos se tornariam melhor elaborados e aprofundados, como consequência de todo um acúmulo teórico-reflexivo e de diversas experiências vividas.

⁶ O exercício da formulação teórica e metodológica na construção coletiva de Projetos Políticos norteadores de suas ações se tornaria uma prática recorrente para o grupo, que voltaria a fazê-lo novamente nas edições seguintes da Semana Democom, para o XXXI Encontro Nacional de Estudantes de Comunicação Social (Enecom), realizado em julho de 2010, na UFPB, bem como para outros projetos, como o Cineclube JMB.



Equívocos conceituais e fragilidades discursivas à parte, o primeiro projeto do grupo já apontava um olhar crítico em torno do tema:

“As Rádios e Tvs comunitárias são importantes instrumentos de resgate da identidade cultural e da auto estima das populações de periferia, visto que buscam valorizar o cidadão e as atividades regionais sem se desvencilhar do seu caráter de “meio de comunicação”, mantendo aberto o espaço para que os mais variados assuntos sejam discutidos de forma democrática, ampla e diversa. Esses veículos feitos pela e para a comunidade atuam na melhoria das condições de vida, do grau de informação e da consciência crítica da população local e da sociedade como um todo.” (COMJunto, 2008)

Mesas, oficinas, rodas de diálogos, cada espaço com seus objetivos, propostas e metodologias, ora mais abertas e livres, ora mais acadêmicas e normatizadas. Contudo, os Núcleos de Vivência⁷ seriam os espaços de maior impacto subjetivo, por se tratar de um momento que extrapolou, inclusive, a linearidade de qualquer processo pedagógico e educativo. Foram visitadas as comunidades Timbó e São Rafael, situadas na periferia pessoense, e cuja atuação das rádios comunitárias (radcom) Independente e Voz Popular, respectivamente, demonstrou o quão é possível transformar os lugares e as pessoas através de ações coletivas que fortaleçam suas consciências e seu protagonismo. Posto de Saúde da Família, escola, praça, comércio local, grupos de economia solidária, Associação de Moradores, igreja, esses e outros espaços foram visitados, descobertos ao longo da caminhada orientada pelos próprios moradores da comunidade e integrantes da rádio. A participação no Núcleo de Vivência é, portanto, uma experiência onde não somente a comunidade se abre, mas também o participante se permite conhecer outra realidade, a realidade do Outro, tão diferente e, por vezes, indiferente.

Esse choque de realidades permitiu que cada estudante de Comunicação Social ali presente pudesse criar outras percepções e entendimentos de como os processos que compõem a constituição da prática comunitária em comunicação pode tomar outras dimensões para além do discurso limitado e criminalizante empreendido pela mídia burguesa sobre as radcom, não raro, até repetidos na própria sala de aula. Esse discurso geralmente se apóia em parâmetros técnicos para definir o que seria ou não uma rádio comunitária (seu alcance de 1km, a não-existência de propaganda, e tantas outras limitações imposta pela legislação específica), sem reconhecer nem compreender as subjetividades que envolvem o processo, as relações que se estabelecem, o protagonismo e a ação comunitária enquanto aprendizado pedagógico e formador do sujeito, o trabalho coletivo na desconstrução de padrões impostos pelo capitalismo, como a competitividade, o individualismo, o consumismo. Deste primeiro contato junto aos integrantes e educadores dessas rádios, se firmaria uma parceria entre o COMJunto e as rádios Independente e Voz Popular, que voltaram a trabalhar juntos em espaços construídos posteriormente.

Mais tarde, com o aprofundamento e acúmulo teórico, algumas das ações até então empíricas, motivadas por um (con)senso crítico e politizado, seriam confirmadas (ou

⁷ Mais a frente, os Núcleos de Vivência passariam a ser chamados de Núcleos de Experiências, pelo entendimento que não se vive, de fato, a realidade do outro naquele tempo limitado, e que, para isso, é necessário a convivência cotidiana e o estabelecimento de outras relações.



mesmo desconstruídas) quando da descoberta e do confronto com estudiosos como Cecília Peruzzo e Christa Berger:

“Comunicação comunitária diz respeito a um processo comunicativo que requer o envolvimento das pessoas de uma ‘comunidade’, não apenas como receptoras de mensagens, mas como protagonistas dos conteúdos e das gestões dos meios de comunicação.” (PERUZO, 2003)

“O estudo da comunicação popular redefiniu os marcos da problemática da comunicação: durante muito tempo, falar de comunicação significava falar de meios, canais, mensagens. Agora, falar de comunicação popular implica falar de cultura, de relação. E necessita, para tanto, de interdisciplinaridade em seu sentido mais profundo [...] A redefinição do popular permitiu pensar a diversidade e a pluralidade e revalorizar a relação entre comunicação de massa e comunicação popular.” (BERGER, 1989)

A título de registro, outro espaço da programação teria um papel fundamental para as lutas que se ergueriam no Estado da Paraíba: a roda de diálogo “Construindo a I Conferência Estadual de Comunicação Social”, ministrada por Dalmo Oliveira. À primeira vista, despretensiosa, mas com efeitos realmente significativos, a atividade em questão foi o primeiro espaço na Paraíba a debater a organização da I Conferência de Comunicação (Confecom) e a realização de suas etapas municipal e estadual. Foi, portanto, um momento catalisador para os movimentos envolvidos, e que impulsionaria uma posterior articulação ampliada, resultando na formação da Comissão Pró-Conferência (CPC-PB)⁸, formada pelos movimentos sociais que desencadearam todo o processo.

Um ano depois, não foram poucas as experiências vividas pelo grupo. A participação nos fóruns nacionais e regionais da Enecos, em outros fóruns de reflexão e deliberação política, em Congressos e Encontros acadêmicos, a experiência da extensão popular, do cineclubismo, da convivência com outros militantes e movimentos, a aproximação com o Movimento Estudantil da UFPB, as leituras dentro e fora da sala de aula ou mesmo no grupo de estudo Mídia Ativa⁹, entre outros espaços e vivências que levaram ao amadurecimento tanto da organização coletiva, quanto das formulações teóricas do grupo.

Em 2009, a IV Semana pela Democratização da Comunicação foi realizada num contexto de efervescência para o campo, em meio a realização das etapas municipal e estadual da Confecom¹⁰, preparatórias para a etapa nacional. “Democratizando a comunicação: a sociedade no controle” foi o tema daquela edição, que traduzia bem a conjuntura política e a intenção de se debater a participação efetiva da sociedade nos processos de decisão sobre a comunicação no país.

⁸ Compuseram esta Comissão a Enecos, o Coletivo COMJunto, a Abraço-PB (Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária), ONG Amazona, ONG Liberta, Sindicato dos Jornalistas da Paraíba, API (Associação Paraibana de Imprensa), CUT-PB (Central Única dos Trabalhadores), Movimento Novos Rumos, Conselho Regional de Psicologia (CRP 13ª região), Centro Acadêmico de Psicologia, OAB-PB (Ordem dos Advogados do Brasil), entre outros movimentos, entidades e organizações que contribuíram para a realização das Conferências na Paraíba.

⁹ Grupo de estudo sobre crítica da mídia orientado pelo professor Dr. Romero Venâncio e organizado pelo Coletivo COMJunto como espaço de reflexão e debate sobre a mídia. Funcionou durante o ano de 2009.

¹⁰ A etapa nacional da Confecom foi realizada nos dias 1, 2 e 3 de dezembro, em Brasília. As etapas municipal e estadual aconteceram entre os dias 16 e 17 de outubro e 20 e 21 de novembro, respectivamente.



Na Conferência, alguns debates tomariam grandes projeções, como a proposta da criação de um novo marco legal para as comunicações no Brasil, a regulamentação dos Conselhos Estaduais de Comunicação, a digitalização e a convergência de mídias, entre outras questões de grande importância para o entendimento da formação e da conformação do campo da comunicação como se encontra hoje. Àquela altura, os empresários, donos das maiores redes de emissoras do país, mostravam o peso do seu lobby e de sua força política, conseguindo dobrar o governo e fazendo-o mudar, nos cadernos oficiais da Conferência, o termo “controle social da mídia” por “participação social na mídia”, conceito completamente diferente daquele pautado pelos movimentos da sociedade civil organizada. Para se debater o controle social da mídia, partiu-se de uma perspectiva não de censura, mas sim, enquanto direito de opinar, decidir e intervir legitimamente sobre os veículos que se utilizam de outorga e espectro públicos para o exercício da prática. Consta no Projeto Político:

“Por ser a comunicação um espaço essencialmente público, ela deve estar sob o controle da população. As práticas de regulamentação das atividades comunicacionais devem ser garantidas pela coletividade, consciente do seu direito de exigir um espaço de expressão aberto, popular e independente. É por meio da organização entre as forças populares da sociedade que a pressão sobre o Estado de direito, no cumprimento do dever de regulamentar a comunicação, se torna mais eficiente. O direito da população de participar dos processos comunicacionais, via controle público, deve estar aliada ao amadurecimento das instituições do Estado.”
(COMJunto, 2009)

A comunicação reconhecida como direito humano fundamental para o desenvolvimento social e político da sociedade. Esse posicionamento foi motivador de inquietações e problematizações que se refletiram em todos os espaços, sendo transversal aos debates e vivências realizadas, como elemento provocativo para a reflexão. Algumas linhas temáticas foram essenciais para a construção dessa programação e para a condução dos debates e das proposições que se seguiram: a comunicação enquanto campo estratégico para a classe trabalhadora; a criminalização dos movimentos sociais e a criação de mecanismos de controle social; a regionalização dos conteúdos e o acesso a cultura; as políticas brasileiras para a área e a avaliação do Ministério das Comunicações e da construção da Confecom; e a TV Universitária enquanto veículo público e democrático.

É necessário o registro de uma atividade específica desta quarta edição: a roda de diálogo “A gente se vê por aqui: máquina subjetiva e modo de dizer o mundo”, facilitada pelo então estudante de psicologia e integrante do Coletivo Canto Geral, Rodrigo Vaz, e pela professora Dr.^a Nadja Carvalho, debatendo a construção de subjetividades a partir dos conteúdos midiáticos, sob os olhares da semiótica e da psicologia, refletindo sobre as significações do Outro e do mundo, a fetichização da imagem, o fortalecimento do consumismo e a atuação da comunicação nesse sentido. Esse espaço possibilitaria uma boa parceria a ser firmada somente um ano depois, e sobre a qual falaremos mais a frente.

Novos elementos foram agregados à programação, e outros, reformulados metodologicamente. Os “Núcleos de Vivência” tomaram outro formato, e passaram a ser tratados como “Oficinas de Vivência”. A mudança partiu da avaliação de que apenas a



visita à comunidade não bastava, e era necessário estabelecer uma relação efetiva de troca. A ‘troca’ em questão não era de ordem econômica ou material, mas sim, a troca simbólica de conhecimento e práticas interativas, onde não somente a comunidade e seus moradores ensinasse aos participantes da vivência, mas que estes também contribuíssem com algo concreto, que se traduziu na realização de três oficinas produtivas, pensadas junto com os atores comunitários e a partir de suas demandas, a saber: *Jornal Comunitário*, ministrada no Jardim Veneza em parceria com a radcom Diversidade; *Vídeo em pequenos meios*, ministrada no Bairro dos Novaes, em parceria com o grupo Capoeira Angola Comunidade, do Mestre Naldinho; *Memória e registro audiovisual*, realizada junto a comunidade de pescadores da Penha, que se via diante do iminente despejo de seus moradores para dar lugar a construção de um resort no mesmo local onde havia a comunidade. As Oficinas de Vivência ainda foram seguidas pela atividade “Cinema de casa vai à praça”, que realizou a projeção pública de curtas-metragens de diretores paraibanos de forma aberta em cada comunidade.

Um novo elemento seria o Simpósio, espaço para apresentação de trabalhos e artigos acadêmicos, aberto para a produção de estudantes, professores, pesquisadores e movimentos sociais. Quatro temas nortearam as produções acadêmicas inscritas: *Audiovisual*, *Cibercultura*, *Comunicação Comunitária* e *Comunicação e Política*. O Simpósio foi visto como um espaço de incentivo e valorização da produção acadêmica entre os estudantes.

Contribuições mais efetivas foram dadas também em outros espaços, como a palestra “A comunicação na batalha das idéias: a importância da mídia para a classe trabalhadora”, orientada pelo professor Dr. José Arbex Jr., que tratou a comunicação enquanto campo estratégico para a articulação dos trabalhadores e o desenvolvimento de suas lutas. Debateu-se o oligopólio das comunicações e seus efeitos de longo alcance, que se refletem na economia, na política, na cultura, e funciona como limitador da fruição das idéias e do conhecimento crítico na sociedade. A necessidade, portanto, de uma “batalha das idéias” que não se dobre aos discursos hegemônicos, onde haja o contraponto e o enfrentamento dos discursos e posicionamentos políticos que disputam a consciência da sociedade. A mídia enquanto esfera pública capaz de legitimar ou deslegitimar o Outro em larga escala, tornando invisível ou mesmo “demonizando” as lutas sociais, empreendendo um claro processo de criminalização dos movimentos organizados e construindo uma imagem deturpada do poder de organização da classe trabalhadora.

Em plano acadêmico e universitário, o debate em torno das TV’s Universitárias se mostrou um momento pioneiro, contribuindo para a reflexão crítica da TV UFPB, suas condições de gestão, produção, financiamento e autonomia política. Reconhecer o caráter público desta TV, e seus compromissos essenciais de um conteúdo significativamente educativo e cultural, baseado em preceitos éticos e pluralistas, fomentador das diversidades e dos direitos individuais e coletivos. Entender que a democratização da comunicação passa, necessariamente, pela regionalização dos conteúdos midiáticos, pela descentralização dessa produção e pela possibilidade da construção de outros discursos. Perceber a TV Universitária enquanto laboratório de criação e inovação, de experimentação



do estético, da valorização do ético, a possibilidade de se extrapolar as normativas e linearidades do processo, e produzir conteúdo diametralmente oposto aos padrões comerciais e dominantes. Subverter a lógica vertical da gestão comercial, reconhecendo a gestão pública como uma gestão para a sociedade, se abrindo para o amplo debate, participação e intervenção, aplicando à TV Universitária um modo de organização horizontal, democrático e plural.

É importante o registro de que a dimensão das construções aqui relatadas foram impulsionadas também pela parceria e engajamento do professor Phd Pedro Nunes, então chefe de Departamento. Este reconhecimento se faz necessário a medida que se percebe hoje a importância de uma universidade pública engajada, comprometida com as questões sociais, envolvida no cotidiano da sociedade, eticamente responsável com a gestão pública, seus deveres e responsabilidades, bem como em relação ao não-sucateamento pedagógico e estrutural da universidade.

O acúmulo reflexivo gerado por esta realização permitiu um avanço significativo para a organização desses jovens. Esse acúmulo se mostraria na atuação e na qualidade das contribuições que passaram a formular e agir tanto em espaços locais e regionais do Movimento pela Democratização da Comunicação e do próprio Movimento Estudantil da UFPB, quanto em âmbito nacional, na construção da Enecos, na participação ativa das orientações políticas deliberadas pela Conferência Nacional de Comunicação, e ainda em âmbito universitário, na (con)vivência da extensão popular junto ao Enec (Estágio Interdisciplinar de Vivência em Comunidades) e ao Projeto Cinéstésico. A soma de tantas vivências, experiências, sentimentos sentidos e compartilhados, olhos, ouvidos, mentes e corações sempre alerta no árduo processo de formação do sujeito militante, a cada formação política, nos tantos encontros e desencontros dessa construção cotidiana, forjam o Eu engajado, politizado, protagonista, bem explicado como um caldeirão de inquietações, de crises, de argumentos e contestações, que se nega a naturalizar mazelas e injustiças, que nega se conformar. Tudo isso levaria a construção do Enecom Parahyba, em julho de 2010, que teve como tema “Que a comunicação se pinte de povo!”, debatendo questões da comunicação e da cultura popular, e que reuniu 700 estudantes de todo o país em oito dias de intensas atividades. Esta construção, por si só, poderia resultar numa longa análise de seu processo de construção e seus desdobramentos e conseqüências, no entanto, o registro pontual serve para fazer jus a sua importância ao longo de um ano que separou a quarta da quinta edição da Semana Democom.

Partindo do pressuposto que todo “campo de estudos hoje se vê inevitavelmente atravessado por dados, conhecimentos, problemas e abordagens concebidos e desenvolvidos em outras disciplinas e/ou tecnologias” (BRAGA, 2001), esta quinta edição se abriu para as interdisciplinaridades entre os campos da Psicologia e da Comunicação. Assim como os dois campos se apóiam e complementam um ao outro, a construção desse momento foi fruto das relações afetivas e políticas nutridas pelo Coletivo Canto Geral, grupo de estudantes de psicologia que se organiza em torno de seu campo de estudo e atuação para empreender as lutas antimanicomiais e da psicologia social, levando para a área uma série de debates contra-hegemônicos. Esta edição unificou a V Semana pela



Democratização da Comunicação e a III Semana de Psicologia, e resultou na “Semana Psidemocom”, que trouxe o tema “Mídia e Subjetividade: de que ângulo você vê?”, estreitando as relações entre os campos do conhecimento e a militância que os grupos constroem.

A reflexão sobre a criação de sentidos, signos e significados pela mídia foi impulsionada pelos escritos de Eugênio Bucci e Maria Rita Kehl, em seu livro Videologias (2004). A fetichização da imagem e o consumo compulsivo e exacerbado como modo de vida naturalizado, a coisificação do humano, a mercantilização dos sentidos e desejos, o indivíduo desagregado do seu semelhante e da coletividade, consumidor insaciável não somente dos produtos, mas da imagem antes de tudo, o ser solitário, que busca se reconhecer e compensar no Outro, projetado monologicamente, aquilo que falta em si.

“O poder que atravessa tudo isso não vem dos agentes que determinam o que vai ser transmitido ou posto nos meios de comunicação de massa, mas de mecanismos que determinam sua reprodução, o próprio capital. A sociedade capitalista cria imperativos sociais e morais que validam a existência de objetos mágicos de satisfação imediata e sem rodeios: Goze, e goze já, agora! Nesse sentido, Freud se aproxima de Marx quando articula a idéia de fetichismo do modo de produção do capital: as mercadorias como fetiche que parecem ter vida própria, mas o interessante é que elas não têm! Isso faz essa sociedade ser extremamente perversa ao colocar as pessoas como peças diante do sadismo do capitalismo: as pessoas coisificam-se, são mercadorias que produzem mercadorias. Tal relação sado-masoquista faz da TV não só algo que institui fetiches, mas como algo que oculta a si mesma como meio de transmissão.” (COMJunto, 2010)

Foram fundamentais os conceitos de “Indústria Cultural”, criado por Theodor Adorno e Max Horkheimer, e o de “Sociedade do Espetáculo”, desenvolvido pelo pesquisador Guy Debord. Articulados os conceitos, ao transcorrerem sobre as relações sociais, os autores sintetizam o modo de ser da sociedade contemporânea, mediada pela comunicação de massa e pelo ritmo industrial de produção de imagens. Desagregados de sua vivência comunitária, em consequência a um projeto de arrefecimento das massas e da classe trabalhadora, os indivíduos perdem muito além de seus referenciais simbólicos e espaciais, se tornam seres suscetíveis e frágeis diante do apelo das imagens que se oferecem como representação de vida a ser seguida. Ao pensar tais conceitos e sua aplicabilidade no mundo contemporâneo, perceptivelmente influenciado pelas tecnologias que surgem no cotidiano, sugere o Projeto Político:

“Certamente, ambos os conceitos sofreram, transcorridos os anos, releituras e contestações em especial por autores pós-modernistas. Porém, como sugerem os estudiosos acima citados, o que atravessou esse extraordinário avanço tecnológico foi um profundo desraizamento comunal acompanhado por uma produção em escala industrial de imagens reproduzindo a vida societária. Nesse sentido, o que essa conjuntura revela é um aparente estado de libertação encarnado nessa euforia tecnológica, e no entanto o que ela encoberta é o aprisionamento daquele no “espelho espetacular da vida” mediada por imagens, como traduz a psicanalista Maria Rita Kehl.” (COMJunto, 2010)

Naquele primeiro momento, um ano atrás, onde Rodrigo Vaz se aventurou na interdisciplinaridade dos campos, não se imaginava a força que tomaria esse exercício político e teórico de unificar as pautas, conceitos e pontos de vista. A construção da



Semana Psidemocom, completamente voltada para os sentidos e efeitos subjetivos que compõem o universo midiático e suas representações, demonstrou como se faz importante a interdisciplinaridade para o entendimento amplo e crítico dos projetos e das forças políticas que disputam a sociedade, seja na mídia, seja na psicologia, seja em quaisquer outras áreas do conhecimento humano, que hoje passam por uma profunda influência do capitalismo e do conformismo que este causa. Essa influência direta na formulação de conceitos que abrandam ou naturalizam os efeitos perversos do capitalismo e a crescente adesão a tais teorias, demonstra o quão a universidade pública vem se tornando frágil por não produzir (ou produzir pouco) a crítica do cotidiano, a crítica da sociedade, traduzindo-se numa verdadeira crise de valores dentro do espaço público, não mais tão engajado ou politizado, salvo a ação pontual daqueles que ainda resistem e produzem contracultura e contra-hegemonia na educação universitária, seja na formulação teórica da pesquisa, da extensão e do cotidiano da sala de aula enquanto espaços de disputa de consciência, seja na militância e no exercício recorrente da crítica e da auto-crítica, aliados a formação política ideológica.

A leitura do estético enquanto produtor de subjetivações, a “plástica do real” produzindo ‘verdades’ e sentidos, o político e o ético sob os olhares e os discursos capitalistas, gerando uma verdadeira instrumentalização da vida social. Essa gama de reflexões estreitou o exercício qualificado de crítica da mídia local, impulsionado pelo Coletivo COMJunto a partir do projeto “Observatório da Mídia Paraibana”. Durante a Semana, o Observatório esteve a frente do mini-curso “Violência (urbana) e Mídia”, que abordou a constituição da violência simbólica no cotidiano urbano da cidade, a partir da atuação indiscriminada da mídia. O sensacionalismo nas páginas policiais, a banalização da vida humana, a criminalização da pobreza e das classes populares, a constituição de um discurso socialmente referenciado que nega aquilo que há de bom no Outro, que lhe nega seus direitos sociais, que lhe fere a imagem e a inteligência, que nada o valoriza para além de um potencial consumidor.

A experiência prática e teórica traduzida num processo pedagógico de aprendizado

“Não há para mim, na diferença e na “distância” entre a ingenuidade e a criticidade, entre o saber de pura experiência feito e o que resulta dos procedimentos metodicamente rigoroso, um ruptura, mas uma superação. A superação e não a ruptura se dá na medida em que a curiosidade ingênua, sem deixar de ser curiosidade, pelo contrário, continuando a ser curiosidade, se critica. Ao criticizar-se, tornando-se então, permito-me repetir, curiosidade epistemológica, metodicamente “rigorizando-se” na sua aproximação ao objetivo, conota seus achados de maior exatidão.

Na verdade, a curiosidade ingênua que, “desarmada”, está associada ao saber do senso comum, é a mesma curiosidade que, criticizando-se, aproximando-se de forma cada vez mais metodicamente rigorosa do objeto cognoscível, se torna curiosidade epistemológica. Muda de qualidade mas não de essência. [...]” (FREIRE, 1997)

As palavras de Paulo Freire são um porto onde a auto-crítica aporta e versa sobre as trajetórias desenhadas ao longo das construções cotidianas. Não somente a Semana Democom teve um papel pedagógico na formação crítica desse grupo de estudantes e dos



tantos que dela participaram, mas sim, toda a influência das ações, das vivências e convivências, das leituras, das profundas crises, e tantos outros elementos que se tornam verdadeiros aprendizados. A Semana, portanto, é apenas um espaço catalisador dessas inquietações. Ela tem se mostrado um espaço de confluência de objetivos e vontades coletivas por parte de todos os grupos, entidades, instituições, projetos, movimentos e atores sociais que por ela passaram e firmaram parcerias. Seus desdobramentos, para além da objetividade contida nas relatorias ou nas deliberações de cada espaço, são educacionais, pedagógicos, formadores da crítica qualificada. A evolução das formulações teóricas norteadoras dos processos constituídos é a evidente marca de um projeto pedagógico, de aprendizados e apreensões metodológicas, filosóficas, políticas, culturais, sociais, forjadas no cotidiano de uma prática militante.

A Semana, portanto, constitui-se como um espaço pedagógico e educativo, que contorna os processos da educação formal, sem necessariamente deslegitimá-la ou anulá-la, mas se propondo a contribuir de forma complementar, a partir das interdisciplinaridades e transversalidades do conhecimento humano, abordando questões para as quais a Academia ainda não despertou ou caminha a passos lentos. A sala de aula tem deixado de ser essencialmente humanística, perdendo a compreensão ampla de que “ensinar não é transferir conhecimento” (FREIRE, 1997) simplesmente. É preciso estimular a articulação entre *pensar, agir e sentir*, elementos de sensibilização e vivência. Esse distanciamento de um sentido *humano* nas salas de aula (principalmente em âmbito universitário) se traduz na incapacidade ou inabilidade de se extrapolar os conteúdos e ementas preestabelecidas, sem entender que outros elementos também compõem o processo pedagógico, para além da ação automatizada. Se reconhecendo no campo da educação não-formal, na Semana Democom se valoriza outro processo educativo, que estimula radicalmente a ocorrência de experiências e sentidos transformadores.

Esse olhar pedagógico é fruto direto de uma prática engajada no âmbito educativo da universidade. Esse engajamento protagonista se revela pedagógico, desconstruindo idéias preestabelecidas e erguendo novos parâmetros de modos de ver, viver e sentir o mundo. Tudo isso se reflete na prática pedagógica da construção cotidiana dos espaços militantes, que olha para o Outro e busca compreensão, busca o entendimento de suas demandas e necessidades:

“[...] a educação social é um conjunto fundamentado e sistemático de práticas educativas não-convencionais realizadas preferencialmente – ainda que não exclusivamente – no âmbito da educação não-formal, orientadas para o desenvolvimento adequado e competente da socialização dos indivíduos, assim como para dar respostas a seus problemas sociais.” (VENTOSA PERÉZ, 1999, apud SIMSON, PARK, FERNANDES, 2007, p. 21)

Conclusão

As limitações da escrita acadêmica, necessariamente objetiva, não permitem o aprofundamento em acontecimentos que permearam todo o processo de construção das Semanas Democom, bem como, as construções que se seguiram entre a realização de cada edição. No entanto, é preciso o registro que o cotidiano das relações é, por si só, um



profundo processo de aprendizado e ensino. É no desenrolar das ações e vivências que se desperta para a militância e para o engajamento político. A juventude e seu radicalismo político, durante muito tempo marca de sua essência contestadora, vem sendo engolidos no mundo contemporâneo. Contudo, perceber que as realizações aqui descritas foram protagonizadas por jovens inquietos e ávidos pelo conhecimento, nas mais variadas esferas que se possa dar o processo pedagógico, reaviva as esperanças na juventude enquanto catalisadora das mudanças e guinadas nos processos constitutivos da sociedade.

Não raro, a falta de apoio em âmbito universitário, ora por burocratismos, ora pela divergência política entre as instâncias e o Movimento, bem como pela negação velada de um contraponto crítico ao conteúdo hegemônico da sala de aula, muitas vezes poderia se conduzir como limitante do processo de construção. No entanto, a ação coletiva tem se mostrado unificadora, elemento que fortalece as lutas e incide diretamente na organização dos estudantes.

Nesses três anos, uma gama de atores sociais participaram da construção e/ou da realização da Semana. A cada ano, o evento toma caráter de fórum, espaço de convergências políticas e teóricas, não necessariamente deliberativo, possivelmente consultivo, mas, antes de tudo, espaço de ampla reflexão sobre o campo da comunicação, sua constituição, suas demandas e evoluções. É, portanto, essencialmente, um espaço de articulação entre pensar, agir e sentir, elementos constituintes do processo que efetiva e estabelece a comunicabilidade enquanto linha que costura atores e agentes, tecendo, assim, a rede que os interliga.

Referências Bibliográficas

- BERGER, Christa. *A comunicação emergente: popular e/ou alternativa no Brasil*. São Paulo, SP. Editora Summus, 1989.
- COLETIVO COMJUNTO. *Democratizando a comunicação. Fortalecendo a cidadania*. João Pessoa, PB. 2008. Disponível em <http://lc4.in/6j7>. Acessado em 5 de julho de 2011.
- COLETIVO COMJUNTO. *Democratização da comunicação: a sociedade no controle*. João Pessoa, PB. 2009. Disponível em <http://lc4.in/49B>. Acessado em 5 de julho de 2011.
- COLETIVO COMJUNTO. *Mídia e subjetividade: de que ângulo você vê?* João Pessoa, PB. 2010. Disponível em <http://lc4.in/PR5Y>. Acessado em 5 de julho de 2011.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, SP. Editora Paz e Terra. 1997.
- PERUZZO, Cecilia Krohling. *Comunicação par aa Cidadania*. Rio de Janeiro, RJ. Editora Vozes, 1999.
- SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von; PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro. *Educação não-formal: um conceito em movimento*, in “Visões singulares, conversas plurais”. São Paulo, SP. Rumos Itaú Cultural. 2007.
- SOUZA, Marcio Vieira de. *As vozes do silêncio – O movimento pela democratização da comunicação no Brasil*. Florianópolis, SC. Editora Diálogo, 1996.